

## ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO TURISMO NA CIDADE DE ILHEUS-BA

Serli Maciel<sup>1</sup>  
Expedito Santana<sup>2</sup>

**RESUMO:** Atualmente, o turismo acompanha o desempenho da economia global e cria cada vez mais rendimentos e empregos. A análise do desenvolvimento do turismo na Bahia nos últimos anos e das medidas desenvolvidas pela esfera pública para apoiar este setor permite uma melhor compreensão da importância das políticas públicas para a promoção do turismo e a consequente contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e cultural na região. Dessa forma o objetivo desse trabalho é analisar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à atividade turística em Ilhéus na Bahia. Para isso, foram utilizadas pesquisas de natureza bibliográfica. Refletir sobre a promoção do turismo local harmonioso envolve uma abordagem complexa que busca equilibrar diversos elementos, como a cultura local, o ambiente, a população nativa, os turistas, os setores governamentais, não-governamentais e privados. Essa complexidade se reflete na maneira de abordar e promover esse tipo de serviço. . Portanto, é fundamental que os esforços sejam intensificados para transformar esses planos em ações tangíveis que impulsionarão Ilhéus como um destino turístico de destaque.

5438

**Palavras chaves:** Turismo em Ilhéus. Competitividade Turística. Políticas públicas. Economia Local.

**ABSTRACT:** Today, tourism tracks the performance of the global economy and increasingly generates income and jobs. Analyzing the development of tourism in Bahia in recent years and the measures developed by the public sector to support this sector allows for a better understanding of the importance of public policies in promoting tourism and its consequent contribution to socioeconomic and cultural development in the region. Therefore, the objective of this study is to analyze the development of public policies aimed at the tourism sector in Ilhéus, Bahia, from 2017 to 2023. For this purpose, bibliographic research was employed. Reflecting on the promotion of harmonious local tourism involves a complex approach that seeks to balance various elements, such as local culture, the environment, the native population, tourists, governmental, non-governmental, and private sectors. This complexity is reflected in the way this type of service is approached and promoted. Hence, it is essential that efforts be intensified to turn these plans into tangible actions that will drive Ilhéus as a prominent tourist destination.

**Keywords:** Tourism in Ilhéus. Tourism Competitiveness. Public Policies. Local Economy.

<sup>1</sup> Discente do curso de Administração, Faculdade de Ilhéus.

<sup>2</sup> Docente do curso de Administração, Faculdade de Ilhéus.

## I INTRODUÇÃO

O turismo é um dos fenômenos mais destacados e destacados dos últimos séculos, estando entre as atividades mais rentáveis do mundo. Segundo Cunha (1997), não seria exagero considerar historicamente o século XX como o século do turismo, pois embora esta atividade seja um fenômeno recente, apresenta estatísticas econômicas promissoras que superam muitas atividades tradicionais.

No Brasil, o surgimento do turismo como atividade econômica surgiu por volta da década de 1950, estimulado pelo aumento da renda de parte da população, pelo consumo eficiente, pelo desenvolvimento dos transportes, especialmente os aéreos, e pela ampliação da oferta de comodidades e serviços turísticos.

Atualmente, o turismo acompanha o desempenho da economia global e cria cada vez mais rendimentos e empregos. A quantidade de rendimentos e o número de empregos criados pelo turismo, por si só, justificam os inúmeros investimentos público-privados e o interesse dos países em aproveitar estes números. Segundo dados publicados pela Assessoria de Comunicação do Ministério do Turismo (2022), o financiamento do setor turístico brasileiro aumentou 38% em relação a 2011, gerando 3,8 bilhões em investimentos em 2022. O estado de Baiano, segundo relatório da Bahia (2023), lidera o ranking de movimentação turística nacional e internacional do Nordeste, com um fluxo turístico mundial de 11 milhões de turistas somente em 2022, dos quais 558 mil corresponderam ao fluxo internacional e 10,5 milhões para o fluxo nacional turismo doméstico e local. No mesmo período, as receitas geradas foram de R\$ 7.855,6 bilhões, sendo R\$ 6,981 bilhões provenientes do turismo interno e R\$ 819 milhões do turismo internacional, um aumento de 35,48% em relação a 2008/2009 (BAHIA, 2023).

5439

A análise do desenvolvimento do turismo na Bahia nos últimos anos e das medidas desenvolvidas pela esfera pública para apoiar este setor permite uma melhor compreensão da importância das políticas públicas para a promoção do turismo e a consequente contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e cultural na região. Nessa direção, este artigo pretende analisar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à atividade turística em Ilhéus na Bahia nos anos de 2017 a 2023. Para isso, foram utilizados documentos públicos, eletrônicos, livros, revistas, caracterizados como pesquisas documentais de natureza bibliográfica.

## 2. REFERENCIAL TEORICO

### 2.1 Turismo

O turismo tem-se revelado uma atividade que contribui significativamente para o desenvolvimento econômico de diversos sectores. Para Lage e Milone (2009) apud Nascimento e Silva (2020), a atividade turística é um serviço da sociedade industrial moderna que se tornou parte de toda a nação, contribui em todos os setores e se destaca como indispensável para as atividades econômicas, perdendo apenas para o setor petrolífero. Com esta visão, torna-se compreensível o despertar do interesse pelo investimento turístico, à medida que cresce a procura por este serviço. Segundo relatório publicado pelo Fórum Econômico Mundial e publicado no site da Folha de São Paulo (2023):

Até 2033, o setor de turismo está projetado para ter uma economia de US\$ 15,5 trilhões — representando mais de 11,6% da economia global. Isso representa um aumento de 50% em relação ao seu valor de US\$ 10 trilhões em 2019, quando as viagens representavam 10,4% do produto interno bruto mundial.

O conceito mais atual de turismo é o conceito criado pela OMC (2005), que o entende como qualquer atividade que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em locais diferentes do seu ambiente habitual, por um período inferior a um ano, com o objetivo por lazer, 5440 negócios e outros motivos. A autoridade sublinha que o turismo não limita atividades ou produtos, ou seja, qualquer pessoa fora do seu ambiente habitual que necessite da produção de bens e serviços naquele local está envolvida no turismo. Assim, concluíram que a atividade turística não provém do produto ou da oferta, mas sim da procura, que inclui os atores da experiência turística, as características geográficas e o mercado turístico.

Os atores da experiência turística são todos os visitantes nacionais, bem como os visitantes estrangeiros. Para OMT (1995) apud OMT (2005) visitante interno é qualquer pessoa física que se desloca para algum lugar do país, fora do seu ambiente habitual e não exerce atividade remunerada no local visitado. Os atores podem ser divididos em turistas e excursionistas.

Os turistas pernoitam pelo menos uma vez em algum tipo de acomodação, os excursionistas não pernoitam no local visitado. Um visitante internacional é alguém que viaja para algum lugar fora do seu país sem realizar trabalho remunerado no país de destino. Também segue a mesma divisão do viajante interno, turista e excursionista, mas a diferença está no fato de excursionista ser aquele que tem um programa comum e pode pernoitar (OMT, 1995 apud OMT, 2005). Segundo a OMT (2005), os elementos geográficos do turismo ainda se referem à

área onde ocorre o fluxo turístico, são eles a região de origem do turismo, a região de destino turístico e a zona de trânsito.

Em suma, este elemento é o espaço onde decorrem as atividades turísticas, onde a procura gera rendimentos e posteriormente empregos, ou é mesmo o próprio espaço onde decorrem as atividades turísticas. Por último, mas não menos importante, o mercado turístico é controlado pelos componentes destes elementos, que é o ponto de encontro da oferta e da procura. A procura, parte essencial do setor turístico, divide-se em: efetiva o número efetivo de participantes numa atividade turística, que é uma variável que pode ser facilmente mediada; e procura latente que corresponde às pessoas que não participam na atividade turística, que por sua vez se divide em procura potencial e procura diferida. Segundo a OMC (2017), existem fatores que determinam a procura turística. Estes fatores podem ser identificados como: fatores sociológicos; características pessoais como idade, nível de escolaridade, gênero, estado civil, nacionalidade; determinantes econômicos, que são as condições econômicas, como atividade econômica exercida, ocupação profissional, nível de renda, entre outros. Além disso, porém, também existem determinantes relacionados à viagem, ou seja, o motivo da viagem, métodos de compra ou organização da viagem, horário da compra, distância percorrida, meio de transporte.

O que configura o turismo como uma atividade da maior importância para o desenvolvimento econômico e social do país é o fato de ser uma atividade multifacetada, ou seja, reúne à sua volta uma enorme cadeia, que também é capaz de beneficiar economicamente outras atividades. Criar empregos, renda e atrair investimentos públicos e privados.

5441

## 2.2 Políticas Públicas

As políticas públicas são as ferramentas que o governo utiliza para validar seus programas e ações a fim de alcançar o desenvolvimento desejado. Não há consenso sobre a melhor concepção de política pública, mas as suas diversas abordagens envolvem o governo como centro da ação, utilizando a política e os seus efeitos como instrumentos de intervenção e melhoria para a comunidade.

Assim, são ferramentas utilizadas para garantir os direitos constitucionais da sociedade, envolvendo decisões e ações estrategicamente selecionadas que visam satisfazer as demandas da sociedade por meio da implementação dos direitos civis. Do ponto de vista operacional, Saravia (2006, p. 29) define política pública como:

Um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por

meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Essa perspectiva permite a visualização dos elementos que compõem as políticas públicas. Contudo, a discussão temática não termina com estes argumentos. No que diz respeito à ação governamental como ator fundamental na formulação e implementação de políticas públicas,

Heideman (2009) aprofunda o debate ao conceituar a política em duplicidade, no sentido de fazer ou não fazer. Daí a ênfase na prática administrativa no cenário político, ações, omissões e interesses que abrangem todos os processos. Nesse sentido, a noção de política pública impulsionaria a possibilidade de realizar medidas qualificadas de construção de bens públicos, seja do ponto de vista estrutural ou de prestação de serviços, a fim de realizar melhorias que contribuam para o desenvolvimento e reduzam as desigualdades. Observado (Heideman, 2019). É importante ressaltar que as políticas públicas diferem dependendo da orientação política de um determinado governo e, portanto, a relação entre as características é, em última análise, influenciada pelas ideologias de cada modelo político (Souza, 2016). O autor observa-se que,

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (Souza, 2006, p. 7).

5442

Apesar da centralidade do governo, outros atores como organizações não governamentais, empresas, associações, partidos, grupos sociais, mídia, pesquisadores, servidores públicos podem estar envolvidos nos processos que envolvem políticas públicas. Quanto aos tipos de atores

Saravia (2006, p. 29) enfatiza que “o processo de políticas públicas não tem racionalidade aparente. Não é um arranjo pacífico [sic] em que cada ator social conhece e desempenha o papel esperado”. Faz parte deste cenário também a seca no território onde são formadas as políticas públicas, o que mostra a fragilidade dos seus resultados e também do controle do Estado sobre elas.

Assim, segundo Lopes, Tinôco e Souza (2011, p. 616), “a política de turismo pode ser entendida como um conjunto de ações de entidades governamentais, muitas vezes em parceria com outras entidades, com o objetivo de modificar o ambiente econômico e social”. Assim, as políticas públicas na indústria do turismo consistem em ações que condicionam o apoio ao desenvolvimento local e regional.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMC, 2001, p. 158), existem duas complexidades na política de turismo: diversidade de subsetores e heterogeneidade. A primeira “complica a tomada de decisões gerais porque cada subsetor tem problemas diferentes e específicos”; e a outra “causa maiores problemas à administração pública devido à coordenação do mercado”.

Neste contexto, a OMC (2001, p. 159) chama a atenção para o objetivo das políticas públicas voltadas para o turismo, que não devem ser “exclusivamente promocionais (estratégia de marketing ofensiva, aumento do número de visitantes) ou apenas genéricas (contribuir para o rendimento e o bem-estar da população) porque este último é o objetivo último de todas as políticas públicas”.

A ausência de políticas públicas coordenadas e integradas de apoio ao turismo leva a uma expansão desorganizada da atividade e também à ampliação de resultados negativos, especialmente para a sociedade e o meio ambiente.

## 2.2 Evolução das políticas nacionais de turismo

As primeiras iniciativas relativas à regulação do turismo no Brasil surgiram com a criação da Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), em 1958, com a função de planejar, coordenar e fiscalizar a política turística brasileira, que deu origem aos primeiros roteiros turísticos para a classe média (Góis, 2009). Em 1966, foi fundada a Sociedade Brasileira de Turismo (Embratur) com o objetivo de promover a atividade turística em nível nacional e internacional (Góis, 2009). Este ano assistiu-se também à criação do Conselho Nacional de Turismo (CNT) através do Decreto-Lei n.º 55, que define pela primeira vez as disposições legais que permitem identificar a gênese da Política Nacional de Turismo (PNT) (Bursztyn, 2005; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2012).

Em 1983, a Lei n.7.174 determinou a composição da CNT (nove conselheiros do setor público e quatro da sociedade civil), presidida pelo Ministro da Indústria e Comércio. Em 1991, a CNT foi extinta (Lei n.º 8.818) e seu acervo documental e competências são atribuídos à Embratur (IPEA, 2012).

Na década de 1990, a Embratur passou a se chamar Instituto Brasileiro de Turismo e adotou uma Política Nacional de Turismo que incluía os seguintes objetivos: “democratizar o acesso ao turismo nacional; reduzir as disparidades econômicas regionais, proporcionando empregos e uma melhor distribuição de rendimentos; e aumentar os fluxos turísticos, as taxas

de permanência e o gasto médio dos turistas estrangeiros no país” (Bursztyn, 2005, p. 56). Segundo o autor, na década de 1990, a EMBRATUR descentralizou sua gestão e sua principal função era desenvolver políticas públicas de turismo que deveriam ser implementadas nos níveis estadual e municipal.

Em 1992, a Embratur lançou o Plano Nacional de Turismo, que busca promover o desenvolvimento regional com a criação de centros turísticos integrados. Segundo Bursztyn (2005), um plano consistente foi traçado, mas pouco decolou, com apenas uma ação concreta implementada: o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil (Prodetur-NE), financiado pelo Fundo Interamericano de Desenvolvimento (BID). e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em análise do Prodetur-NE I, Fonseca, Ferreira e Silva (2007) observam que de 1995 a 2003, 34% dos investimentos foram para aeroportos, 24% para saneamento básico e apenas 3% foram para proteção e conservação ambiental. , o que parece contraditório, pois a região Nordeste se destaca pelos atrativos naturais existentes, além disso, o meio ambiente é um recurso muito afetado pelo turismo. Nesse período, observa-se que grande parte dos recursos financeiros destinados ao setor turístico do Nordeste favoreceu grandes grupos internacionais, marcados pela construção de complexos hoteleiros, com o argumento de melhorar a competitividade internacional (Bursztyn, 2005).

5444

Em 2003, foi criado o Ministério do Turismo (MTur), que é composto por três instituições: a Secretaria Nacional de Política de Turismo (formula, elabora, avalia e acompanha a Política Nacional de Turismo de acordo com as diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Turismo), bem como formular as relações institucionais e internacionais), a Secretaria Nacional dos Programas de Desenvolvimento do Turismo (realizar ações de estímulo às iniciativas públicas e privadas de desenvolvimento, promover investimentos em conjunto com o Prodetur, bem como apoiar e promover a produção e comercialização de produtos turísticos) e o Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur (com a promoção, divulgação e promoção da comercialização de produtos, serviços e destinos turísticos), tendo cada uma dessas três macroestruturas institucionais funções distintas e não sobrepostas (Brasil, 2007).

Ainda em 2003, a CNT5 foi efetivamente reativada (IPEA, 2012), como órgão colegiado de assessoria direta ao MTur, constituindo a estrutura básica para “propor diretrizes e oferecer subsídios técnicos para a formulação e monitoramento da Política Nacional de Turismo” (Brasil, 2003, p. 12). Assim, o PNT 2003-2007 foi realizado com o objetivo de criar empregos e ocupações, aumentar o número de turistas internacionais e nacionais e ampliar a oferta de turistas brasileiros

(Brasil, 2003). Para o Ministério do Turismo, a tarefa deste PNT era propor uma gestão descentralizada e participativa em um sistema de gestão composto pelo próprio Ministério, pela CNT, pelo Fórum Nacional de Secretários<sup>6</sup> e pelos diretores estaduais de turismo, que eventualmente chegaria ao município (a criação dos conselhos municipais de turismo). Vale ressaltar que em 2004 o Ministério do Turismo lançou o Programa de Regionalização do Turismo com o objetivo de “[...] descentralizar a oferta turística do Brasil, que está localizada principalmente no litoral, o que permitirá a interiorização da atividade e a inclusão de um novo destino nos roteiros vendidos no mercado nacional e internacional” (Brasil, 2007, p. 25).

Após a elaboração do mapa de regionalização em 2004, o primeiro ano da mostra de turismo foi realizado em 2005 com o objetivo de apoiar ações de regionalização. Para promoção e marketing no exterior, foi lançado em 2005 o Programa de Promoção Comercial do Turismo Brasileiro no Mercado Internacional; em 2006, o Ministério participou em 41 feiras internacionais de turismo e 21 feiras comerciais. Neste PNT observa-se que “o Brasil, apesar dos avanços alcançados nos últimos anos, está longe de ocupar um cenário turístico global compatível com seu potencial e vocação” (Brasil, 2003, p. 17), e destaca a falta de articulação entre setores e atores envolvidos no tráfego turístico, o que levou ao surgimento de políticas conflitantes.

5445

O PNT 2007-2010 procura dar continuidade às ações e programas focados na gestão descentralizada e dá ainda maior ênfase à ligação entre turismo e inclusão, propondo como metas aumentar as viagens nacionais com a inclusão de novos turistas nacionais; criação de empregos e profissões com novos investimentos e novas oportunidades de qualificação profissional; qualificação dos destinos turísticos com novos destinos e novos segmentos; geração de divisas com a inclusão de novos turistas internacionais (Brasil, 2007).

Segundo Fratucci, Schwantes e Maia (2014), Em 2010, com a mudança de governo, o Ministério do Turismo propôs uma nova atualização do PNT 2007-2010, que estabeleceu 65 municípios indutores para 135 municípios. Porém, devido a problemas administrativos, o projeto foi interrompido no segundo semestre de 2011. Segundo os autores, “o atraso na institucionalização do Plano Nacional de Turismo para 2011-2014 criou uma espécie de vazio nas ações e projetos do Ministério do Turismo” (p. 146, grifo nosso). Foi somente a partir do PNT 2013-2016 que o país começou a atualizar e institucionalizar diretrizes, programas e projetos.

O PNT 2013-2016 tem grande importância pelos megaeventos que acontecem ao longo do período que pretende abranger, como a Copa das Confederações (2013), a Jornada Mundial da

Juventude Católica (2013), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016). E tem como insumo básico o Documento de Referência - Turismo no Brasil 2011-2014, que apresenta as seguintes diretrizes: “participação e diálogo com a sociedade; criação de oportunidades de emprego e negócios; promoção da inovação e do conhecimento e da regionalização como abordagem territorial e institucional do planejamento” (Brasil, 2013, p. 8) e os seguintes objetivos: “preparação do turismo brasileiro para megaeventos; aumentar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros; incentivar os brasileiros a viajar pelo Brasil; e melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro” (Brasil, 2013, p. 64).

A inclusão da sustentabilidade nas estratégias turísticas é enfatizada. Observou-se que os três PNTs, cada um com suas especificidades, adaptaram seus programas e ações ao andamento da atividade turística, mas mostraram-se cercados pelos mesmos problemas: i. a necessidade de monitorar e avaliar os resultados das políticas e planos, para analisar os seus efeitos, pelo que sublinha a necessidade de um sistema de informação e de dados; ii. baixa qualificação profissional dos recursos humanos do setor, pois a mão de obra ocupada possui baixa escolaridade, baixos salários e alta rotatividade; iii. a necessidade de estruturar a cadeia produtiva, o que poderá afetar a desconcentração territorial (devido à diversidade regional e às especificações de segmentação do turismo), à qualidade e à competitividade; 4. a necessidade de consolidar e organizar as referências e padrões que regem o funcionamento da atividade e acompanhar o seu desenvolvimento; contra. lacunas na oferta de crédito; serra. falta de infraestruturas de apoio ao turismo (acessibilidade e higiene) e infraestruturas turísticas (sinalização e meios de recepção); e vii. Encontrar estratégias e coordenação para a promoção e comercialização nacional e internacional dos produtos turísticos brasileiros.

5446

### 3. MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir esse objetivo foi realizada uma pesquisa descritivo-analítica com abordagem qualitativa no município de Ilhéus-BA. O estudo foi realizado duas etapas: a primeira foi uma revisão bibliográfica; a segunda etapa consistiu na análise documental de organogramas de instituições, programas, projetos, planejamento, legislação territorial dos municípios e demais documentos disponíveis que subsidiaram ações políticas na Secretaria de Turismo (Setur), e a Fundação Cultural de Ilhéus (Fundaci).

Para complementar a coleta de dados no setor turístico, foram examinadas dissertações do Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), que se

correlacionavam com um tema específico de pesquisa. O acervo documental foi complementado com uma análise da lei fundamental do município de Ilhéus por meio do site da Câmara Municipal.

A pré-análise envolveu a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração dos indicadores para a análise final. A exploração do material inclui a análise sistemática das escolhas feitas na primeira fase. O tratamento dos resultados envolve a validação destes.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Políticas de Turismo em Ilhéus

A cidade de Ilhéus está situada na região cacaeira, no sul do estado da Bahia, a uma distância de 462 km de Salvador. Faz divisa ao norte com os municípios de Aurelino Leal, Itacaré e Uruçuca; ao sul, Una; a oeste, Itapitanga, Coaraci, Itajuípe e Buerarema; e a leste, o Oceano Atlântico. Segundo dados do IBGE de 2006, possui uma população de aproximadamente 220.932 habitantes e uma área territorial de 1.845,7 km<sup>2</sup>, com 78 km de litoral. Além disso, a cidade conta com um aeroporto nacional e um porto.

5447

Sua economia tem como base a indústria, a agricultura e o turismo. Quanto à infraestrutura para a realização de eventos esportivos, o município dispõe dos seguintes recursos: um Estádio Municipal Mário Pessoa, um Ginásio de Esportes Herval Soledade, quadras poliesportivas em diversos bairros, quadras poliesportivas em escolas e associações, além de clubes e associações como o Social, a AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil) e a APCEF (Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal). Também estão disponíveis espaços como os da Universidade Estadual de Santa Cruz, o Centro de Convenções de Ilhéus, o Hotel Jardim Atlântico, o Resort Tororomba e o Hotel Canabrava.

No entanto, mesmo com esses recursos, ainda é insuficiente para promover uma política de desenvolvimento local por meio de eventos esportivos devido à falta de arenas esportivas adequadas, políticas públicas específicas e infraestrutura básica necessária para a realização de tais eventos.

Ilhéus teve sua paisagem moldada e sustentada pela indústria do cacau. Na cidade de Ilhéus, o campo e a área urbana sempre mantiveram uma relação simbiótica, contribuindo mutuamente. Grande parte da infraestrutura urbana, como ferrovias, estradas, porto, saneamento e iluminação, foi desenvolvida em função da produção de cacau. Isso perdurou até

os anos 1990, quando a monocultura de cacau, que era a base da economia regional, enfrentou uma grave crise que abalou profundamente o modelo agrário-exportador da região.

Ilhéus, que já foi conhecida por seus imponentes casarões que simbolizavam a riqueza gerada pelo cacau, viu-se transformada. Hoje, ela expõe sua própria história, muitas vezes promovendo o turismo ao destacar seu passado ligado ao cacau em materiais promocionais, como forma de atrair visitantes (SOARES, 2010).

No entanto, é importante destacar que o turismo não surge como uma nova atividade econômica em Ilhéus após a crise do cacau. Na realidade, o que acontece é um processo de redefinição dessa atividade, não apenas em Ilhéus, mas em todo o território brasileiro. Os anos 1990 foram marcados pelo que poderíamos chamar de “redescoberta do turismo” como uma atividade econômica pelo Estado brasileiro. Conforme observado por Cruz (2000), após muitos anos à margem das prioridades governamentais, o turismo começou a ocupar um lugar de destaque no planejamento governamental, culminando em 2003 com a criação do Ministério do Turismo.

De acordo com a mesma fonte, nos anos 1990, o turismo passou a ser reconhecido como uma atividade econômica de crescente importância, vista como um motor de desenvolvimento. Isso ocorreu porque o turismo adquiriu, ao longo do século XX, características de um fenômeno global.

5448

Em Ilhéus, da mesma forma que no Brasil, o turismo passou décadas sem receber a devida atenção da administração pública. Somente a partir de 1990, durante o mandato do prefeito Jabes Sousa Ribeiro, essa atividade começou a ocupar um lugar de destaque no planejamento governamental. Esse processo culminou na criação da Empresa Municipal de Turismo de Ilhéus (ILHEUSTUR) nesse mesmo período. De acordo com Andrade (2003), a criação da ILHEUSTUR desempenhou um papel fundamental na consolidação do turismo regional. A empresa atuou coordenando, divulgando e buscando apoio para programas na área em parceria com entidades de classe e o comércio local.

Nas décadas anteriores à de 1990, não encontramos registros na história do turismo em Ilhéus que sejam tão claramente indicativos dos objetivos do governo municipal para impulsionar o turismo na cidade. Foi somente a partir dos anos 2000 que uma equipe de consultores elaborou o primeiro Plano Estratégico de Turismo para Ilhéus (PET), apresentando uma série de ações para promover o turismo na região. Por exemplo, destacaram a importância do Centro Histórico, do Pontal, das Praias do Sul e de Olivença como áreas prioritárias para o

desenvolvimento turístico. Essa escolha foi estratégica, pois essas áreas abrigam prédios históricos e praias, elementos considerados de grande atratividade turística devido à construção cultural.

Em 2001, sob a administração do prefeito Jabes Sousa Ribeiro, foi elaborado o Plano Estratégico de Turismo II (PET II) em parceria com uma empresa privada de Consultoria, composta pelos consultores Afonso Maria Zeni, especialista em técnicas de vendas e marketing para entidades como Sebrae, Associação de Pequenas e Microempresas, Câmara de Diretores Lojistas, Associação Comercial e Empresas Privadas; João Batista Vissirini, com experiência no setor hoteleiro de Ilhéus; e Marcel Leal, empresário de comunicação e publicidade.

O objetivo central do PET II era "Implementar o turismo como alternativa de desenvolvimento econômico em Ilhéus". Para alcançar esse objetivo, propuseram a criação de um banco de dados (inventário turístico do município), a realização de um diagnóstico do município, a instalação de postos de informações turísticas, a elaboração de um programa de incentivos e oportunidades para investimentos em turismo, bem como o fortalecimento da articulação institucional, incluindo a criação de conselhos relacionados ao turismo.

No entanto, essas políticas não resultaram em transformações socioeconômicas significativas em Ilhéus. Embora a cidade estivesse incluída nos planos de desenvolvimento, poucas ações se concretizaram. A exceção notável foi a inauguração da BA-001 em 1973, conectando Olivença e Canavieiras, o que impulsionou o turismo na estância hidromineral de Olivença e na cidade vizinha de Canavieiras, entre outras localidades.

Apesar das estratégias de marketing e dos planos turísticos, o turismo em Ilhéus não conseguiu ganhar projeção nacional, permanecendo predominantemente regional. Somente nos anos 1990, após o colapso da lavoura cacaueteira e a redefinição do turismo no Brasil, essa atividade ganhou novo impulso em Ilhéus.

Além dos planos estratégicos mencionados, vale ressaltar a iniciativa do Plano de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-BA), uma parceria entre os governos Estadual e Federal, coordenada pela Bahiaturisa. Seu objetivo era otimizar as potencialidades naturais, culturais e históricas do estado. O PRODETUR é um programa de crédito para o setor público, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executado pelo Banco do Nordeste.

O PRODETUR-NE I visou implantar infraestrutura urbana por meio do financiamento de obras de saneamento, transporte, urbanização, entre outras, além de projetos de capacitação

profissional, preservação ambiental e do patrimônio histórico e cultural, e fortalecimento institucional das administrações estaduais e municipais. Conforme Cruz (2007), este programa desempenhou um papel semelhante ao de uma política urbana, concentrando-se na criação de infraestrutura urbana em localidades consideradas estratégicas para o desenvolvimento do turismo regional.

Sob o amparo desse programa, a Bahiaturisa estabeleceu os Centros Turísticos Integrados, destinados a promover o desenvolvimento econômico em áreas litorâneas de grande potencial natural, cujas paisagens excepcionais tinham capacidade de atrair o turismo internacional.

#### 4.2 Programas e políticas de 2017 – 2020

O turismo na cidade de Ilhéus, como atividade de interesse estratégico começou a se desenvolver no ano de 2003; mas até os dias atuais a atividade ainda era incipiente e de baixo desempenho econômico, os passos mais recentes no sentido de execução e desenvolvimento do turismo aconteceram em 2017. Quando foi aprovado o Programa que previa promover uma revitalização ao turismo para a cidade de Ilhéus, a publicação de tal projeto teve sua publicação no dia 28 de dezembro de 2017 no diário oficial de Ilhéus, edição 220, Caderno I.

5450

**Figura 1:** Publicação diário oficial de Ilhéus.

<b>Poder:</b>	Poder executivo
<b>Eixo Estruturante:</b>	Infraestrutura e Desenvolvimento econômico
<b>Área Temática:</b>	Desenvolvimento Urbano e Rural
<b>Programa:</b>	Promover a revitalização do turismo
<b>Recursos do Programa</b>	R\$ 7.800.000,00

**Fonte:** Diário oficial de Ilhéus, dados da pesquisa 2023.

O projeto que era responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo e Esporte de Ilhéus, tinha como recursos disponíveis 7.800.000 de reais tinha como objetivo:

Promover o turismo como atividade econômica de forma estratégica, contribuindo para geração de emprego, renda e desenvolvimento em todo o município. Planejar, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas de promoção do turismo compõem a missão do órgão, que também deve formular diretrizes para o desenvolvimento de ações que fomentem o turismo em Ilhéus. (Diário oficial, 2017).

A tabela 1, demonstra quais eram as metas desse projeto.

**Tabela 1:** Metas do programa

Meta 1	Promover a revitalização da Avenida Soares Lopes
Meta 2	Elaborar plano de turismo

**Fonte:** Diário oficial de Ilhéus, dados da pesquisa 2023.

Contudo, após seis anos do programa ter sido publicado ambas as metas não foram cumpridas, e das entregas expostas na tabela 2 só foi entregue uma, a de promoção da feira de flores no calendário de eventos da cidade.

**Tabela 2:** Entregas/iniciativas do programa

Entregas/iniciativas
Incentivar o grafite em espaços públicos onde sejam expressas histórias da cidade;
Promoção e realização do carnaval;
Desenvolvimento do esporte e Lazer;
Incentivar o desenvolvimento do esporte comunitário nos bairros e distritos;
Promover o desenvolvimento das seleções esportivas municipais;
Promover o desenvolvimento dos esportes náuticos;
Promoção e realização do São João dos Bairros e Zona Rural;
Garantir a manutenção dos pontos turísticos;
Adequar pontos de informações turística na praça Dr. Valfredo Tepe;
Garantir a manutenção da casa Jorge Amado;
Promover a recuperação do palácio Paranaguá;
Implantar o museu digital da família, incentivando a doação de fotos e histórias das famílias da cidade;
Incluir feira de flores no calendário de eventos da cidade;
Realizar primavera de museus;
Promover a realização do festival de cinema;
Promover a atualização do calendário de eventos da cidade;
Incentivar o turismo ecológico, rural religioso e aquaviário;
Promover anualmente o congresso da juventude.

**Fonte:** Diário oficial de Ilhéus, dados da pesquisa 2023.

Além de não ter sido executado, poucas ações do programa previam ações que poderiam incentivar e fortalecer o turismo em Ilhéus como atividade econômica, Após esse programa apenas em 2020 voltou-se a falar de programas que pudessem incentivar o turismo, e

potencializar suas forças para que o mesmo pudesse ser utilizado como atividade econômica, isso ocorre quando o Projeto de Lei 027/2020 que dispõe sobre o Programa especial de incentivos fiscais ao turismo (Proturismo), de autoria do Executivo Municipal. Foi aprovado na Câmara de Ilhéus. O programa é destinado a estimular o desenvolvimento econômico e a geração de empregos no município, fomentando o empreendedorismo e investimentos privados em áreas de potencial econômico e turístico, com o objetivo de retomar o crescimento econômico de Ilhéus.

No ano seguinte em 30 de dezembro de 2021, a prefeitura municipal de Ilhéus através da Lei nº4.145 Institui o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2022 - 2025 e dá outras providências, plano esse que é valido até os dias de hoje.

Os programas são classificados como:

I - Programas Finalísticos: têm por objetivo viabilizar o acesso da população aos bens e serviços públicos ou a mudança nas condições de vida dos beneficiários diretos do programa;

II - Programas de Melhoria de Gestão de Políticas Públicas: têm por objetivo aprimorar a qualidade dos serviços e dar mais eficiência e eficácia aos Programas Finalísticos;

III - Programas de Apoio Administrativo: destinam- -se à manutenção da organização pública e ao apoio à realização dos Programas Finalísticos e de Melhoria de Gestão das Políticas Públicas;

Na área temática da cultura, fazendo parte do programa diversidade cultural: nossa gente, 5452 nossa história, contou com um orçamento de R\$ 9.000,000.00 objetivo é:

Resgatar fatos históricos e diferentes culturas do município. Promover a cultura como direito e cidadania e como política pública. Apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Estabelecer mecanismos de preservação cultural com a participação da sociedade como um todo.

Como demonstra a figura 2 foram colocadas as seguintes ações e indicadores:

**Figura 2:**Indicadores do programa diversidade cultural: nossa gente, nossa história

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	INDICE ATUAL	INDICE PRETENDIDO
NUMEROS DE EVENTOS REALIZADOS	UNIDADE	0	50
INDICE DE APOIO ÀS CULTURAS POPULARES E IDENTITÁRIAS	PERCENTUAL	20	60
INDICE DA FREQUÊNCIA DE PÚBLICO EM EQUIPAMENTOS CULTURAIS	PERCENTUAL	5	30

**Fonte:**Plano plurianual - 2022 - 2025 - anexo II, Pesquisa 2023.

O órgão responsável por esse projeto é a secretaria de turismo e as ações (figura 3) contribuem para o fortalecimento do turismo em Ilhéus, tornando a cidade mais atrativa para visitantes.

**Figura 3:** Ações do programa diversidade cultural: nossa gente, nossa história

AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	REGIONALIZAÇÃO	META
CESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	AÇÃO REALIZADA	PERCENTUAL	TODO MUNICÍPIO	100
PROMOÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS	AÇÃO REALIZADA	PERCENTUAL	TODO MUNICÍPIO	100
PROMOÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS	AÇÃO REALIZADA	PERCENTUAL	TODO MUNICÍPIO	100
ALELUIA ILHÉUS FESTIVAL	AÇÃO REALIZADA	PERCENTUAL	TODO MUNICÍPIO	100
PROG. DE IMPLM. E IMPLANT. DE ATIV. CULT., MUSICAIS E ARTIS	AÇÃO REALIZADA	PERCENTUAL	TODO MUNICÍPIO	100
MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA MUNICIPAL ILHÉUS 500 ANOS	AÇÃO REALIZADA	PERCENTUAL	TODO MUNICÍPIO	100
APOIO AO TEATRO POPULAR DE ILHÉUS	AÇÃO REALIZADA	PERCENTUAL	TODO MUNICÍPIO	100

**Fonte:** Plano plurianual - 2022 - 2025 - anexo II, Pesquisa 2023.

Todas essas ações contribuem para a promoção de Ilhéus como um destino turístico atrativo, diversificado e culturalmente rico. O turismo bem gerenciado, que integra a cultura local, não apenas aumenta a receita, mas também fortalece a identidade e o orgulho da comunidade, resultando em um impacto positivo a longo prazo no desenvolvimento sustentável da cidade.

No eixo estruturante de enfrentar as injustiças, com ênfase à população mais vulnerável, ficou estabelecido o projeto nossa cultura e nossas identidades, objetivo do mesmo é resgatar e amplificar a cultura e a história da região cacauera, bem como liderar ações e projetos para contribuir com a preservação do meio ambiente no sul da Bahia, o recurso disponível para ele é R\$14.000.000,00. E suas iniciativas são:

5453

**Figura 4:** Indicadores do programa diversidade cultural: nossa cultura e nossas identidades.

<p><b>INICIATIVAS:</b></p> <p>1 - TRANSFORMAR A ÁREA EXTERNA DA MARANATA EM UM CENTRO DE VISITAÇÃO COM DIVERSOS ATRATIVOS REPRODUZINDO EM IMAGENS E REPLICAS BEM COMO UM ESPAÇO DE DIVERSAS OPÇÕES DE GASTRONOMIA.</p> <p>2 - ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO TURÍSTICA E DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO MORRO PERNAMBUCO.</p> <p>3 - IDENTIFICAR ATRAVES DO SELO PERSONALIZADO EMPREENDIMENTOS QUE FOMENTEM A PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.</p> <p>4 - FOMENTAR O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.</p>
--

**Fonte:** Plano plurianual - 2022 - 2025 - anexo II, Pesquisa 2023.

Esta iniciativa criaria um novo ponto de atração turística na cidade. Os visitantes poderiam desfrutar de uma experiência enriquecedora ao conhecer réplicas e imagens significativas da região. A requalificação turística do Morro Pernambuco pode atrair visitantes

interessados em ecoturismo e atividades ao ar livre. A partir desses indicadores seria possível também atrair empreendimentos que adotam práticas sustentáveis podem e atrair um público mais preocupado com questões ambientais, além de contribuir para a preservação da natureza e da cultura local, essa ação também pode contribuir para a geração de empregos e negócios locais. Esses indicadores poderão ser mensurados através das seguintes ações (figura 6).

**Figura 6:** Ações do programa nossa cultura e nossas identidades.

UNIDADE RESPONSÁVEL		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE LIVRE DO MAR E DA MATA		
AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	REGIONALIZAÇÃO	META
AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA MARAMATA	AÇÃO REALIZADA	PERCENTUAL	TODO MUNICÍPIO	100
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA INFRAESTRUTURA	AÇÃO REALIZADA	PERCENTUAL	TODO MUNICÍPIO	100
PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, CULTURAIS E SÓCIO-AMBIENTAIS	AÇÃO REALIZADA	PERCENTUAL	TODO MUNICÍPIO	100
GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO MARAMATA	AÇÃO REALIZADA	PERCENTUAL	TODO MUNICÍPIO	100
REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU MARAMATA	REQUALIFICAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	SEDE	1

**Fonte:** Plano plurianual - 2022 - 2025 - anexo II, Pesquisa 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

5454

A análise da evolução das políticas públicas nacionais voltadas para o turismo revela os desafios enfrentados no desenvolvimento dessas políticas, uma vez que o setor turístico é notoriamente complexo, envolvendo diversos atores da sociedade, inúmeras demandas e distintos segmentos econômicos. Nesse contexto, o marco fundamental para a Política Pública de Turismo no país foi a criação do Ministério do Turismo, que estabeleceu uma abordagem centrada em três pilares cruciais: descentralização, regionalização e aprimoramento do compartilhamento de informações.

Os Planos Nacionais de Turismo foram concebidos para incorporar esses três elementos fundamentais e apresentaram enfoques diferenciados ao longo do tempo. O Plano Nacional de Turismo de 2003-2007, além de promover a gestão descentralizada e participativa, concentrou-se na expansão da oferta turística. Esse período viu a implementação de Mapas de Regionalização e uma Agenda de Promoção Comercial como ferramentas-chave.

O Plano Nacional de Turismo de 2007-2010 trouxe à tona a conexão entre o turismo e a inclusão social, enfocando na melhoria da qualidade da oferta turística e na inclusão de novos perfis de turistas, tanto nacionais quanto internacionais.

Por fim, o Plano Nacional de Turismo de 2013-2016 priorizou o desenvolvimento da infraestrutura para megaeventos realizados no país, enquanto também enfatizava a necessidade de abordagens sustentáveis para o setor.

Essas diferentes ênfases nos Planos Nacionais de Turismo refletem a evolução das políticas públicas para o turismo no Brasil, adaptando-se às mudanças nas demandas da sociedade e nas prioridades do setor ao longo do tempo. Refletir sobre a promoção do turismo local harmonioso envolve uma abordagem complexa que busca equilibrar diversos elementos, como a cultura local, o ambiente, a população nativa, os turistas, os setores governamentais, não-governamentais e privados. Essa complexidade se reflete na maneira de abordar e promover esse tipo de serviço.

A cidade de Ilhéus teve sua história profundamente influenciada pela indústria cacaujeira por um longo período, deixando resquícios dessa influência maciça no patrimônio material e imaterial, na economia e nos costumes e tradições locais. Outro aspecto importante a considerar é a maturidade da comunidade em relação à exploração de novas oportunidades de desenvolvimento local integrado e à participação ativa na definição de sua realidade.

Portanto, ao levar em conta a dinâmica local, a história da cidade (incluindo aspectos sociais, econômicos e políticos) e a identidade da população nativa, é possível identificar elementos que estão intrinsecamente relacionados ao desenvolvimento do turismo. Revisitar o passado esclarece as origens, os motivos por trás das representações e dos costumes que moldam o presente. Muitas críticas são feitas sobre a falta de progresso do turismo na região. Apesar das deficiências evidentes no setor público e da falta de preparo profissional dos envolvidos no turismo, explorar os hábitos e preconceitos historicamente construídos pode fornecer informações valiosas para a reestruturação da atividade. Afinal, não basta apenas atrair recursos, desenvolver políticas e capacitar profissionais se a sociedade local não estiver comprometida com o processo.

É importante destacar que algumas das questões relacionadas à atividade turística estão interligadas a outras políticas públicas, como é o caso das preocupações relacionadas à urbanização e sustentabilidade. Isso gera desafios que exigem diálogo e ações coordenadas com outras esferas de governança. O turismo, afinal, envolve a interação direta com o espaço, o que tem sido uma das principais motivações para a demanda turística. Resgatar a história não deve se limitar à identificação de obstáculos, mas também deve destacar as potencialidades que podem estimular e fortalecer o senso de pertencimento da população local. Isso pode levar as pessoas a

valorizarem seu espaço, a exigirem melhorias contínuas e a contribuïrem para enriquecer o significado e a qualidade dos diversos tipos de turismo praticados na cidade.

Apesar das promissoras iniciativas e planos traçados para o período de 2022 a 2025 em Ilhéus, muitos destes projetos ainda permanecem no papel, esperando concretização. Para a comunidade local, essa demora pode ser desanimadora, uma vez que os benefícios potenciais desses planos são vastos. A implementação dessas ações não apenas impulsionaria o turismo local, mas também traria vantagens substanciais para a economia da cidade e o bem-estar de seus residentes.

Dessa forma analisando o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à atividade turística em Ilhéus observou-se ausência de programas, políticas públicas consistentes e incentivos adequados pode desencorajar tanto turistas quanto empresários de investirem na região. Os turistas podem optar por destinos onde a infraestrutura e as experiências turísticas são mais atraentes e bem desenvolvidas. Os empresários podem hesitar em investir em empreendimentos locais se não houver incentivos financeiros, apoio na infraestrutura e garantias de um ambiente favorável aos negócios. No entanto, a implementação desses programas de turismo e cultura poderia mudar o cenário por completo. Além de tornar Ilhéus mais atraente para visitantes e empreendedores, essas ações poderiam elevar a cidade a um novo patamar em termos de incentivo ao turismo, gerando empregos, estimulando o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, preservando o rico patrimônio cultural e ambiental da região. Portanto, é fundamental que os esforços sejam intensificados para transformar esses planos em ações tangíveis que impulsionarão Ilhéus como um destino turístico de destaque.

5456

## REFERÊNCIAS

BAHIA, C. S.; AVILA, M. A. **O turismo de eventos esportivos e a promoção do desenvolvimento local: uma análise das potencialidades de Ilhéus Bahia.** In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 5, 2008. Anais... Belo Horizonte: Aleph, 2008. p. 1-11.

Bahia. Decreto nº 10.497 de 19 de outubro de 2007. Aprova o Regimento da Secretaria de Turismo. Diário Oficial. Salvador – Bahia, 20 out. 2007.

Bahia. Lei nº 12.933 de 09 de janeiro de 2014. Institui a Política Estadual de Turismo, o Sistema Estadual de Turismo, e dá outras providências. Diário Oficial. Salvador – Bahia, 10 jan. 2014, ano XCVIII, n. 21.328.

Bahia. Lei nº 6.812 de 18 de janeiro de 1995. Cria a Secretaria da Cultura e Turismo, introduz modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e dá outras providências. Diário Oficial. Salvador – Bahia, 19 jan. 1995.

Bahia. Secretaria do Turismo. (2011). Estratégia Turística da Bahia: o terceiro salto 2007/2016. Salvador: Secretaria do Turismo. Bahia. Secretaria do Turismo. [200-]. Histórico. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>. Acesso em: 31 agosto. 2023.

Banco do Nordeste do Brasil - BNB. (2005). Relatório Final de Projeto: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. ETENE. Brasil. Ministério do Turismo. (2012). Relatório de Avaliação Setorial: Avaliação PPA 2008-2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

Brasília: Ministério do Turismo. Brasil. Ministério do Turismo. (2003). Plano Nacional do Turismo 2003-2007: diretrizes, metas e programas. Brasília: Ministério do Turismo. Brasil. Ministério do Turismo. (2007). Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010.

Brasília: Ministério do Turismo. Brasil. Ministério do Turismo. (2013). Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Brasília: Ministério do Turismo. Brasil. Tribunal de Contas da União. (2004). Relatório de Avaliação de Programa: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. Brasília: Tribunal de Contas da União.

BONFIM, M. **Uma abordagem dos impactos econômicos e sociais do quarteirão jorge amado, Ilhéus** - Ba. Disponível em: [http://www.uesc.br/cursos/pos\\_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/dissertacao\\_mailane.pdf](http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/dissertacao_mailane.pdf). Acesso em 10 out. 2023.

CALDAS, R. W. (Coord.) Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008. CUNHA, Licínio. Economia e Política do Turismo. Portugal: McGraw-Hill, 1997.

FOLHA SÃO PAULO. Turismo: Transporte e preços seguram Brasil em ranking de turismo. Agencia Brasil. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/turismo/1242315transportes-e-precos-seguram-brasil-em-ranking-de-turismo.shtml> > Acesso em: 30 Ags. 2023..

SARAVIA, E. (2006). Introdução à teoria da política pública. In: Saravia, E.; Ferrarezi, E. (Orgs.). Políticas públicas. Coletânea. Brasília: ENAP. p. 7-42.

SOUZA, A. **O turismo como transformador do espaço em Ilhéus e Itacaré, Bahia** Disponível em: [http://www.uesc.br/cursos/pos\\_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/dissertacao\\_ana\\_paula\\_souza.pdf](http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/dissertacao_ana_paula_souza.pdf) Acesso em: 28 ago. 2023.

PPA – Plano Plurianual Participativo 2024-2027 (Projeto de Lei 25.042/2023) disponível em: <http://www.observatorio.turismo.ba.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/p2-final-03-12-2022-web.pdf>

PLANO ESTRATÉGICO DO TURISMO DE ILHÉUS. Disponível em:  
<http://www.ilheus.com.br/plan.htm>

Ministério do Turismo. (2021). Relatório Listagem dos Municípios Inseridos e Excluídos: Nordeste, Bahia, 2016-2017.

Ministério do Turismo. (2021). Relatório Listagem dos Municípios Inseridos e Excluídos: Nordeste, Bahia, 2017-2019.

Ministério do Turismo. Fungetur. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br>